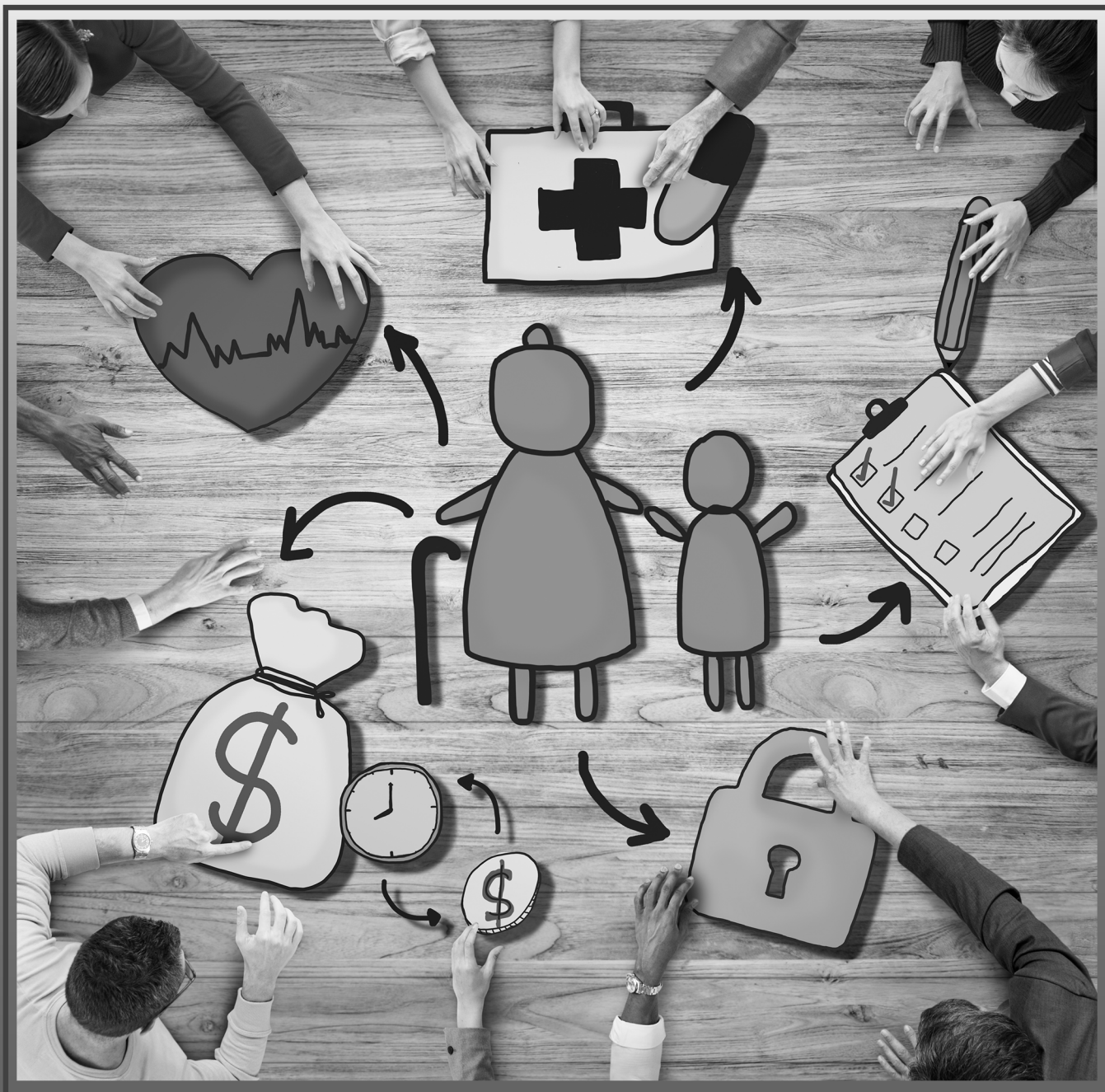




Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Processos de subjetivação no
serviço social**
2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P963 Processos de subjetivação no serviço social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-232-6

DOI 10.22533/at.ed.326202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E FUNDAMENTOS SÓCIOHISTÓRICOS	
Rodrigo de Souza Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3262029071	
CAPÍTULO 2	12
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO	
Noêmia de Fátima Silva Lopes	
Clarice do Carmo Santos Souza	
Déborah Martins Soares	
Francine Rodrigues de Oliveira Rocha	
Sabrina Dias Fonseca Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3262029072	
CAPÍTULO 3	23
POR UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Thiago Bazi Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.3262029073	
CAPÍTULO 4	36
DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	
Pollyanna de Souza Carvalho	
Letícia Machado de Araujo	
Verônica Gonçalves Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.3262029074	
CAPÍTULO 5	47
PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CICLO AUTOCRÁTICO, TENDÊNCIA DE RENOVAÇÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	
Josicleide de Oliveira Freire	
Edjane Aragão Dias de Goes	
Jadna dos Santos Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3262029075	
CAPÍTULO 6	58
A INFLUÊNCIA DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	
Cintia Maria da Silva	
Verônica Maria do Nascimento Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3262029076	
CAPÍTULO 7	69
AS CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
Tatiana de Lima Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3262029077	

CAPÍTULO 8 80

O DIÁRIO DE CAMPO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Valéria Debortoli de Carvalho Queiroz
Maria Terezinha da Silva
Leylla Magna dos Santos Residente
Samantha Freitas Tavares

DOI 10.22533/at.ed.3262029078

CAPÍTULO 9 89

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) EM CUIABÁ/MATO GROSSO

Cláudia Regina Paese

DOI 10.22533/at.ed.3262029079

CAPÍTULO 10 98

PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA NO CONTEXTO PRIVADO

Milene Lúcia Santos
Andreia Agda Silva Honorato
John dos Santos da Silva
Maria Cristina Campos da Silva
Maurício da Silva Santos
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes
Rosineide Alves de Amarin

DOI 10.22533/at.ed.32620290710

CAPÍTULO 11 109

O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS): UMA MEDIAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

Jodeylson Islony de Lima Tomascheski

DOI 10.22533/at.ed.32620290711

CAPÍTULO 12 118

TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Nívia Barreto dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.32620290712

CAPÍTULO 13 130

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TRÊS RIOS: UMA ANÁLISE APROXIMATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Sueli do Nascimento
Julia Marinho Moreira da Silva
Vanessa Miranda Soares
Thais Carpinter de Souza
Luzineth Corrêa da Silva Carvalho
Caroline de Carvalho Pinto
Vanilda de Oliveira Carvalho Pinto
Patrícia Bonfante Soares Freitas

DOI 10.22533/at.ed.32620290713

CAPÍTULO 14	140
A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA's)	
Jodeylson Islony de Lima Tomaszewski	
Ana Cleide Ferreira de Souza	
Francisca Fabiana Lima	
DOI 10.22533/at.ed.32620290714	
CAPÍTULO 15	152
O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS - GAP	
Gisleane Silva de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.32620290715	
CAPÍTULO 16	164
O ACOLHIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE ÓBITO NEONATAL	
Brenda Gonçalves de Sales Costa	
Conceição Rodrigues Teodózio	
Daiana de Melo Barros	
Elayne Cristina da Costa Ferreira	
Ana Beatriz Araújo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32620290716	
CAPÍTULO 17	171
O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA ENQUANTO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PCD'S DO ICISA/UFPA	
Ana Maria Pires Mendes	
Ana Paula Dias Martins	
Alexandre Fellipe A. dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.32620290717	
CAPÍTULO 18	179
A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS REALIZADA ATRAVÉS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - SAEST: O ACESSO DE ALUNOS Pcds EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS AUXÍLIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA-DIRECIONADOS E ESTE PÚBLICO	
Eracele do Carmo Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.32620290718	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	191
ÍNDICE REMISSIVO	192

TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Data de aceite: 01/07/2020

Nívia Barreto dos Anjos

IF Baiano *Campus* Santa Inês

Santa Inês – Ba

ORCID: 0000-0002-4225-9868

Artigo apresentado no 16º CBAS (2019)

RESUMO: Este artigo tem a intenção de apresentar o resultado de uma pesquisa desenvolvida tem como objetivo geral discutir o lugar do Movimento Estudantil do IF Baiano relativo a manutenção do direito à Assistência Estudantil em tempos de cortes orçamentários. A metodologia empregada recorre ao estudo de caso (IF Baiano – *Campi* Guanambi, Santa Inês e Uruçuca), com recorte de tempo 2014-2017.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Estudantil – Assistência Estudantil – Cortes Orçamentários

TAKE THE HAND OF MY STUDENT
ASSISTANCE: STUDENT MOVEMENT IN
TIMES OF BUDGET CUTS

ABSTRACT: This article intends to present the result of a research developed with general objective to discuss the place of the Student

Movement of the IF Baiano regarding the maintenance of the right to Student Assistance in times of budget cuts. The methodology employed is based on the case study (IFBaiano - Campi Guanambi, Santa Inês and Uruçuca), with a time cut of 2014-2017.

KEYWORDS: Student Movement - Student Assistance - Budget Cuts

O problema de investigação levantado neste artigo consiste em procurar identificar até que ponto o movimento estudantil do IF Baiano tem contribuído para a garantia do direito a assistência estudantil em tempos na resistência às restrições orçamentárias impostas pelos cortes orçamentários.

Convém ressaltar que Assistência Estudantil é fundamental para a permanência e êxito do estudante na Instituição. Com base nas lutas do Movimento Estudantil e do Fonoprace - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis foi instituído em 2010 o Decreto 7.234, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

No entendimento de Almeida (2013) a Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, criada em

1989, representa as Universidades Federais e Institutos Federais junto ao Ministério da Educação. A Andifes, através do Fonaprace que é seu fórum assessor, possui grande preocupação com as questões relacionadas à Assistência Estudantil, e inclusive realiza estudos e pesquisas com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados nestas instituições de ensino superior. Kowalski (2012) afirma ainda que tanto o Fonaprace quanto a UNE promoveram vários debates para discutir a Assistência Estudantil.

Kowalski (2012) ressalta que “a ascensão dos direitos são resultado de lutas e conquistas sociais que muitas vezes vivenciam um “processo histórico cheio de vicissitudes, em que as necessidades e as aspirações são articuladas em reivindicações no embate de peleja até serem reconhecidos legalmente como direitos”. (IDEM, p. 133). Mas é preciso ter consciência que “O direito a educação não é apenas a questão de garanti-la nas legislações brasileiras: o Estado tem um papel fundamental em criar medidas, políticas sociais com vista a facilitar a plena realização deste direito”. (KOWALSKI, 2012, p. 136)

O Decreto n. 7234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o PNAES. O artigo 1º destaca que “o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na **educação superior pública** (grifo nosso).” (BRASIL, 2014, art, 1º)

Os objetivos do PNAES consistem em:

I. Democratizar as condições de permanência dos jovens na **educação superior pública federal** (grifo nosso); II. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da **educação superior** (grifo nosso); III. Reduzir as taxas de retenção e evasão; IV. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2004, art. 2º.)

As ações de AE no PNAES, de acordo com o art. 3º, devem ser desenvolvidas em dez áreas:

I. moradia estudantil; II. alimentação; III. transporte; IV. atenção à saúde; V. inclusão digital; VI. cultura; VII. esporte; VIII. creche; IX. Apoio pedagógico; X. acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2004, art. 2º.)

Antes de comentar sobre este artigo convém lembrar que segundo Moura (2007) a estrutura da nova LDB está dividida em dois níveis: educação básica e educação superior; e por incrível que pareça a Educação Profissional não se encontra em nenhum dos dois níveis, o que consolida a dualidade histórica de forma completamente clara. Para ele, a EP não faz parte da educação regular brasileira, pois é tida como algo que vem paralelo, como um verdadeiro apêndice apelidado de modalidade.

Sendo assim, pode-se sugerir que no artigo 4º desse Decreto a EP é lembrada, talvez nem mesmo como um apêndice (como na LDB), mas como uma “prima distante” que precisa de assistência, e que dessa vez é denominada de “aquela que possui especificidades”, a que é incluída agora como “abrangências”.

As ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, **abrangendo** (grifo nosso) os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas **especificidades** (grifo nosso), as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas do seu corpo discente (BRASIL, 2004, art. 4º).

Almeida e Rodrigues (2012) deixam um alerta visto que é necessário ter uma cuidadosa atenção ao modo como as interfaces com a educação tem se apresentado, por meio de diferentes programas sociais no campo da cultura, do lazer, da política de atenção à criança e ao adolescente, da política para a juventude, da assistência, do trabalho e do enfrentamento da pobreza. Isto porque a educação deixa de ser valorizada e passa a ser parte das estratégias de sobrevivência da população em função da vinculação desse acesso à obtenção de um recurso social no âmbito dos programas sociais. Isto tem causado uma distorção da compreensão da assistência social como direito social, segundo os autores, direito que assegure uma renda mínima a uma dimensão assistencialista.

Outra questão que merece destaque é que o PNAES no artigo 5º registra que: “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”(BRASIL, 2010, art. 5º).

É preciso alertar que este artigo do PNAES apresenta uma concepção assistencialista pois é necessário deixar claro que a Assistência Estudantil é para todos os estudantes e não apenas para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Os auxílios financeiros sim, deverão ser destinados para os discentes oriundos das classes desfavorecidas, todavia a AE vai muito além de distribuição de auxílios ou bolsas.

Neste sentido Souza (2017) esclarece que a AE não pode ser entendida somente por um caráter de recursos financeiros.

[...] pois, além de propiciar mecanismos de desenvolvimento da aprendizagem, também tem que prezar pelo bem-estar e qualidade de vida do estudante, prevenindo condições de risco, fomentando a participação em todos os espaços do instituto e para além dele, como participe das relações sociais, que se desenvolve em sociedade, tendo condições de exercitar, com consciência, sua identidade como ser social (SOUZA, 2017, p. 148, 149)

Voltando ao PNAS, ele apresenta também como áreas de atuação: atenção à saúde, cultura, esporte e apoio pedagógico; então, isto é a prova de que a Assistência Estudantil deverá ser destinada a todos os estudantes e não apenas para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Talvez pelo motivo do PNAES não estar regulamentado como uma Política acabe gerando tanta confusão na concepção da sua abrangência. Inclusive Kowalski (2012) registra que em pesquisa realizada identificou que os próprios servidores das Instituições de Ensino Superior acabam confundindo a Assistência Estudantil com a Assistência Social.

A autora deixa explícito que esta concepção é totalmente equivocada porque a própria Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8742/93) visa ao atendimento dos mínimos

sociais para atendimento das necessidades básicas das pessoas que se encontram na linha da pobreza ou abaixo dela. Sendo assim, ela irá contemplar pessoas em situação de risco.

Nisso ainda há um processo de depreciação do próprio direito à educação, que se configura como uma política universal (declarada como direitos humanos) a ser usufruída por todos os estudantes, independente da sua condição social. (KOWALSKI, 2012, p. 150)

Por outro lado, é necessário lembrar que deve existir o controle social sobre os programas e projetos da Assistência Estudantil e o Movimento Estudantil deve ter um lugar fundamental neste sentido. Voltando a Teixeira (2009), o planejamento de um programa requer: decisão, ação e controle social; pois, o ideal democrático exige cidadãos atentos para as escolhas das alternativas apresentadas pelas forças políticas e sociais. “O controle e avaliação do orçamento público assume cada vez mais importância numa sociedade que se democratiza” (TEIXEIRA, 2009, p. 568)

Convém ressaltar que Nascimento (2014) registra que houve um crescimento nos recursos orçamentários para os Programas de Assistência Estudantil, mas por outro lado, as ações também aumentaram em virtude do processo de expansão de vagas na Rede Federal de Ensino. Isso implica que “o crescimento absoluto dos valores continua expressando insuficiente dotação orçamentária para dar conta das necessidades estudantis apresentadas, especialmente pelo perfil socioeconômico dos estudantes que ocupam as vagas ofertadas, pois obviamente a gratuidade dos cursos não garante as condições de acesso e permanência.” (NASCIMENTO, 2014, p. 134,135)

A questão do orçamento da AE merece uma atenção especial, visto que os seus programas devem ser desenvolvidos com qualidade. E o movimento estudantil deve participar ativamente da gestão de todos os programas inseridos na Política de Assistência Estudantil. Principalmente com os cortes orçamentários ocorridos com o novo governo Bolsonaro que não tem como prioridade a Educação.

É necessário afirmar, parafraseando Moura (2013) que quem vai plantar e cuidar para que cresçam as sementes da educação de qualidade são os movimentos sociais pela educação, principalmente o dos estudantes, que são os mais diretamente afetados pela ameaça do capital financeiro à Educação e à Educação Profissional.

Na Reforma de Córdoba que ocorreu na Argentina em 1918 os estudantes já clamavam por Assistência Estudantil (AE) e este grito continua ecoando, porém dentro da Educação Profissional ele precisa ressoar com uma ultra intensidade, visto que se na LDB a EP já foi colocada como um apêndice, imagine o que o capital financeiro pretende fazer com a AE dentro desta modalidade de ensino.

De acordo com Dutra e Santos (2017) a AE é alvo de muitas discussões da comunidade acadêmica e hoje ela possui um papel de centralidade para o Estado, o qual foi conquistado como resultado de muitas lutas do Movimento Estudantil, organizadas

pela UNE e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace.

No Brasil, segundo as autoras, as primeiras práticas de Assistência Estudantil ocorreram na década de 1930: “uma importante ação de assistência prestada ao estudante nesse momento foi a abertura da Casa do Estudante do Brasil, a qual se estabeleceu no Rio de Janeiro no início dos anos 1930, com o objetivo de auxiliar os estudantes com maiores dificuldades econômicas.” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 150).

Dutra e Santos ainda destacam que em 1937, com o apoio do Ministério da Educação, a Casa do Estudante do Brasil realizou o 1º Conselho Nacional dos Estudantes, e a partir daí conseguiu criar a entidade máxima dos estudantes, a UNE, como fruto da necessidade da organização política da categoria estudantil. “A criação da UNE no bojo das organizações dessa residência universitária já aponta para a sua ligação com a AE (IDEM, p. 151).

De acordo com Souza (2017) a história da Educação Profissional no Brasil acaba configurando como parte da Assistência Estudantil, e ambas possuem traços multifacetados e ainda em construção.

A principal lacuna no trato da Assistência Estudantil na Educação profissional é que a sua história se perde nos marcos da história do Ensino Superior Brasileiro. Há claramente demarcadas e sistematizadas ações consideradas precursoras da Assistência Estudantil que refletem o movimento de luta pela educação superior no Brasil. A Educação Profissional tem em si uma característica que a difere da superior: é uma educação voltada para o labor, que tem em sua gênese a formação da força de trabalho. Logo, pensar Assistência Estudantil na Educação Profissional, é a partir do referencial de educação destinada aos trabalhadores. (SOUZA, 2007, p. 44)

Isso implica que a AE na EP deve ser compreendida em um contexto diferenciado no qual esteja implícito que ela possui suas especificidades, até porque é fruto de um apêndice da LDB, e por incrível que possa parecer ela também é colocada como um apêndice no próprio Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). É preciso recordar que em 2007, o Ministério da Educação, por meio da Portaria n. 39, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil que é bem similar ao atual PNAES.

Antes convém lembrar o Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 registra como estratégia 11,11 da meta referente a expansão da EP(11) , “elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio” (BRASIL, 2014, p.72 – grifo nosso).

Todavia, em 2019 esta elevação gradual tem sido sinônimo de estancamento. E muito pior, pois se o recurso financeiro da Assistência Estudantil não tem sido afetado teoricamente pelos cortes, na prática a realidade é outra, porque as instituições de ensino vêm perdendo recursos e a sua forma de sobrevivência acaba recaindo sobre o da Assistência Estudantil.

Em relação ao IFBaiano (estudo de caso da pesquisa) e dos três campi lócus da pesquisa (Guanambi, Santa Inês e Uruçuca), percebe-se que durante os anos de 2014 a 2017 o orçamento não “sofreu” alteração. Todavia, na aplicação dos recursos o impacto tem sido grande.

Campi	2014	2015	2016	2017
Guanambi	R\$ 1.675.890,20	R\$ 1.884.760,00	R\$ 2.216.337,00	R\$2.219.548,00
Uruçuca	R\$ 1.374.213,00	R\$ 1.741.294,00	R\$ 1.936.239,00	R\$ 1.806.469,00
Santa Inês	R\$ 1.722.089,22	R\$ 1.952.928,00	R\$ 1.884.422,00	R\$ 1.923.911,00

Tabela 1: Distribuição da Assistência Estudantil 2014-2017

Fonte: Matriz CONIF 2014, 2015, 2016 e 2017

Verifica-se que no “mundo orçamentário” da Assistência Estudantil a crise não chegou. O discurso político é de que os recursos da AE não estão sendo afetados pela crise. Todavia, a realidade é outra. Em 2014, por exemplo, o *campus* Santa Inês não precisava redirecionar a AE para o custeio do Refeitório; já em 2016 foi preciso retirar R\$ 450.000,00 para o Refeitório.

Um dos entrevistados teceu o seguinte comentário em relação ao ano de 2014:

Por meio de um relatório da Assistente Social a CLAE conseguiu recursos extras para comprar óculos e cama para os estudantes em 2014. Foi por causa deste recurso que passei uma tarde inteira assinando liberação de cama e óculos! (Entrevistado SI 10)

Por outro lado, ao ser indagado sobre a autonomia da Comissão o entrevistado respondeu claramente sobre como a crise vem provocando na Assistência estudantil:

A CLAE tem autonomia, com algumas exceções em relação a divisão dos recursos financeiros, principalmente nos últimos anos (de crise). (Entrevistado SI 02)

Neste sentido, Araújo e Rodrigues (2010) registram que a educação, inclusive a profissional, fazem parte de campos de disputa nos quais prevalecem dois tipos de abordagem: 1) os que buscam a conformação dos homens à realidade dada; 2) Os que procuram a transformação social. “Tais abordagens consubstanciam em nossa sociedade, dois projetos antitéticos de formação dos trabalhadores: uma pedagogia focada no trabalho e outra pedagogia focada no capital” (IDEM, 2010, p. 51).

Os autores registram que é necessário um projeto democrático de educação profissional que assuma uma nova postura frente aos saberes, às práticas de ensinar e de aprender, aos procedimentos de organização curricular e de avaliação. E a construção dessa EP qualitativamente nova perpassa pela sua emancipação em relação ao controle do capital.

Em relação ao estudo de caso da pesquisa, é importante destacar que em 2008, por meio da Lei n. 11.892, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. E Moura (2007) ressalta que “uma possibilidade para os filhos da classe trabalhadora é a tentativa de ingresso em uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, instituições que historicamente atuam como referência nos vários componentes que constituem a formação integral” (MOURA, 2007, p. 21). Mas Moura ainda lembra que a concorrência para ingresso na EP é muito grande, visto que o número de vagas é limitado.

O IF Baiano agrega as antigas Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac (EMARC) presentes na Bahia. Sua Missão consiste em “oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão” (IFBAIANO, PDI 2015-2019, p. 21).

A primeira versão da Política de Assistência Estudantil do IFBaiano foi aprovada em 2011; a segunda, em 2016; e a terceira em 2019. Ela traz como objetivo geral: “O desenvolvimento de programas e ações que visem a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do(a) estudante, enquanto cidadão(ã) em processo de desenvolvimento, propiciando-lhe o exercício pleno da cidadania” (IFBAIANO, 2019, p. 1)

E nesta perspectiva ela apresenta os seguintes programas:

I. Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE; II - Programa de Auxílios Eventuais - PAE; III - Programa de Residência Estudantil; IV - Programa de Alimentação Estudantil; V - Programa de Incentivo à Participação Política Acadêmica - PROPAC; VI - Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer - PINCEL; VII - Programa de Prevenção e Assistência à Saúde - PRO-SAÚDE; VIII - Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico - PROAP. (IDEM: p. 6 e 7)

A Política de Assistência Estudantil do IFBaiano elenca as atribuições da Comissão Local de Assistência Estudantil a qual compõe os sujeitos da Pesquisa Empírica realizada (2014-2017).

A primeira incumbência da CLAE consiste em divulgar as ações da Assistência Estudantil na perspectiva de consolidá-la como política institucional. Neste sentido alguns depoimentos foram registrados na pesquisa: Tudo era afixado no mural da Assistência Estudantil (Entrevistado GUA 01) ; Divulgava por meio de reunião no Auditório e passava todos os detalhes para os estudantes (Entrevistado SI 01); Tinha sempre quórum na assembleia dos estudantes para repassarmos as informações e a administração também estava presente (Entrevistado URU 07); Divulgação no site e nos murais. Os estudantes da CLAE socializavam as informações com os colegas. A CLAE ia nas salas para informar aos estudantes as etapas dos programas. Nunca ficou nada na escuridão! (Entrevistado URU 02).

A segunda atribuição da CLAE consiste em acompanhar e avaliar os programas, projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Estudantil no campus.

ENTREVISTADO	ESTUDANTES PARTICIPAM	ESTUDANTES NÃO PARTICIPAM	ESTUDANTES ÀS VEZES PARTICIPAM	TOTAL
ESTUDANTES	10		3	13
SERVIDORES	12		1	13
GESTORES	4		2	6
TOTAL	26		6	32

Tabela 2 – Existência de Participação Estudantil na Divisão dos Recursos

Fonte: Entrevista Pesquisadora

Verifica-se que de acordo com a opinião dos entrevistados 82 % dos estudantes participam da divisão dos recursos, momento em que são definidos os programas, projetos e ações a serem desenvolvidos durante o ano. E 18% participam às vezes, sendo suas ausências justificadas por excesso de atividades acadêmicas.

Outra tabela que sugere que existe este acompanhamento refere-se a periodicidade de reuniões da CLAE.

ENTREVISTADO	SEMANAL	QUINZENAL	MENSAL	NÃO HÁ PERIODICIDADE	TOTAL
ESTUDANTES	4	7	2		13
SERVIDORES	2	5	2	4	13
GESTORES	1	3		2	6
TOTAL	7	15	4	6	32

Tabela 3 – Periodicidade de Reuniões da CLAE

Fonte: Entrevista Pesquisadora

Verifica-se que 47% dos entrevistados afirmam que ocorrem reuniões quinzenais, 22% semanal, 13% mensal e 18% que não há periodicidade visto que as reuniões são por demandas.

Convém ainda ressaltar que de acordo com a Política de Assistência Estudantil do IFBaiano, o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE):

É destinado aos estudantes regularmente matriculados, que possuam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente, conforme definido pelo decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre Programa Nacional de Assistência Estudantil, para garantia da permanência dos mesmos na instituição, durante os anos destinados ao processo formativo do curso escolhido. (IDEM, 2019, p. 8)

Em relação a CLAE, os seguintes depoimentos foram registrados nas entrevistas:

Os programas eram discutidos e a divisão dos recursos ocorria de forma participativa,

com a inclusão dos estudantes. Foi adquirido o suporte para bicicletas, Academia para os estudantes residentes, geladeira, microondas e TV de Led para as Residências (Entrevistado GUA 08);

Desenvolve os programas e busca fazer gestão participativa do orçamento (Entrevistado GUA 03);

Tudo era discutido em grupo e era muito organizado. (Entrevistado SI 04);

Tão atuante que eu não podia viajar sem comunicar a escola, por causa das assinaturas e reuniões. A CLAE exigia muito do estudante! (Entrevistado SI 07);

A CLAE era obrigada a ser atuante, principalmente porque se tratava de recursos financeiros. Era uma das comissões que mais trabalhavam. (Entrevistado URU 01);

Realiza reuniões, discute os temas pré e pós edital. Discutindo e avaliando a efetividade, abrangência e eficácia da Política (Entrevistado SI 05).

Em relação a atuação do Grêmio Estudantil na luta pelos direitos no depoimento dos estudantes na pesquisa realizada os entrevistados de Uruçuca afirmaram que o Grêmio era muito atuante entre 2014 e 2015 e existia diálogo com o Centro Acadêmico. Em Santa Inês, eles faziam tanta manifestação que chegaram a interditar a BR; o Grêmio tinha muita responsabilidade em relação ao direito dos estudantes por isso eram ativos, faziam reuniões e participavam de manifestações externas. Em Guanambi faziam muitas reuniões, organizavam palestras e criaram o Cine IF e outros projetos.

Já quanto aos Diretórios ou Centro Acadêmico no engajamento desta luta pela Educação e pela Assistência Estudantil 07 estudantes, sendo 4 de Santa Inês e 3 de Uruçuca definiram os Diretórios ou Centro Acadêmicos como participativos. Em Santa Inês os seguintes comentários foram tecidos: “Os estudantes participavam mais do que assistiam aula”, 90% dos estudantes participavam das reuniões, as informações eram transmitidas para os demais estudantes. Já em Uruçuca o Centro Acadêmico ajudou até no reconhecimento do curso. A atuação era em parceria com o Grêmio. Ocorriam muitas viagens, principalmente em época de greve.

Dois gestores classificaram os DAs ou CAs como participativos (Santa Inês e Uruçuca), alegando que eles estavam presentes em todas as reuniões e eram muito politizados, inclusive em Uruçuca eles influenciavam o Grêmio Estudantil.

Isto comprova que o IFBaiano possui realmente um diferencial na sua Política de Assistência Estudantil: a gestão com a participação estudantil. Um estudante residente afirmar que não poderia se deslocar da Instituição sem comunicar a CLAE representa o tamanho da responsabilidade que ele possuía enquanto representante. No *Campus* Santa Inês não era liberado desde um óculos para o estudante até uma televisão para o gabinete odontológico sem a assinatura do estudante que era aluno titular na CLAE.

Hoje o *Campus* Santa Inês nem sabe se ofertará óculos para os estudantes porque o seu orçamento foi afetado por diversos cortes, tendo sido necessário que a CLAE

liberasse R\$ 760.000,00 para o Refeitório Estudantil. Em 2019, a CLAE recebeu R\$ 2.090.999,72 para Assistência Estudantil, ou seja, aparentemente o recurso da CLAE foi ampliado, mas a essência está imbuída em um contexto de crise orçamentária que vem afetando toda a educação.

É neste sentido que Almeida e Rodrigues (2012) acreditam que pensar a educação nos marcos da sociedade do capital exige refletir em seu processo hegemônico, como também nas possibilidades de resistência e de constituição de outras formas de sociabilidade.

Ainda dentro desta perspectiva, Saviani (2008) afirma que a educação se destina à promoção do homem, desta forma um processo de desenvolvimento que considere o homem como a principal preocupação, com certeza terá a educação como setor fundamental.

Porém Meszáros (2007) afirma que da forma como as coisas são encaminhadas na atualidade em relação à educação, o seu principal papel acaba sendo o de cão-de-guarda para levar a população a um conformismo sem limites a ponto de se subordinar as exigências do capital. Todavia, para o autor, o lugar que a educação possui na sociedade é soberano em dois aspectos: 1) Na elaboração de estratégias de mudanças das condições objetivas de reprodução social; 2) Para a automudança consciente das pessoas que passam a ser convidadas a concretizar a criação de uma nova ordem social. Por isso ele registra que a tarefa educacional consiste na busca de uma transformação social ampla e emancipadora ao mesmo tempo.

Por isso Meszáros (2011) registra que “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa significativamente diferente (MESZÁRIOS, 2011, p. 198). E Iasi (2011) lembra que o fundamento da emancipação humana consiste na possibilidade dos homens assumirem o controle da história de forma planejada e consciente.

Neste sentido, Nogueira e Nogueira (2014) afirmam que a escola e o trabalho pedagógico desenvolvido por ela só podem ser entendidos, na perspectiva de Bourdieu, quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. Dentro desta concepção, a escola é compreendida como “uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2014, 71)

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o material necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostos (MÉSZAROS, 2011, p.202)

Por isso, Almeida e Rodrigues (2012) registram que para a educação se torne um direito livre das artimanhas do capital é preciso caminhar na direção da construção de

uma nova ordem social.

Todavia, enquanto esta nova hegemonia não se planta é preciso ter consciência de que a educação também faz parte das contradições que envolve as lutas sociais por direitos. Neste sentido, o IFBaiano também sofre os impactos das artimanhas do capital contra a educação e por isso o Movimento Estudantil grita: Tira a mão do minha Assistência Estudantil!

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lucia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2014.
- ALMEIDA, Jaqueline Cavalari Sales de. **Avaliação da Implementação do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR**. Impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômicas. 2013, 156p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.
- ALMEIDA, Ney Teixeira de e ALENCAR, Monica Maria Torres de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2011.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira e RODRIGUES, Maria Cistina Paulo. O Campo da Educação na Formação Profissional em Serviço Social. In: PEREIRA, Larissa Dahmer e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org). **Serviço Social e Educação**. 2ª edição. Ed Lumen Juris / Serviço Social, Rio de Janeiro:2012.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira . Escola: espaço de convívio social e construção coletiva. In: LINHARES. Célia (organ.) . **As Escolas Querem Estrelar o Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro; Léo Christiano Editorial, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 010172**, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. **Decreto 7.234**, de 19 de junho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil.
- DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Rarões e Avanços**. 23ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- DUTRA, Natália Gomes dos Reis e SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência Estudantil sob Múltiplos Olhares: a disputa de concepções. In: **Ensaio Avaliação Política Pública Educacional**. Rio de Janeiro, v.25, n.94, p. 148-181. Jan/mar 2017.
- IASI, Mauro. As Manifestações de Massa e a Dimensão Estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lucia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2014.
- IASI, Mauro. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- IF BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019)**. 2014. 156 p. Aprovado pela Resolução nº 2, de 05 de fevereiro de 2015.
- IF BAIANO. Política de Assistência Estudantil. 2019. Aprovada pela Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2019..

KOWALSKI, Aline Vieira. **Os (Des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. 2012. 180p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

MESZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. (Tradução Ana Cotrin, Vera Cotrin). São Paulo: Boitempo, 2007.

MESZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria 39**, de 12 de dezembro de 2007. www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio Integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? In: **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.39, n.3, p. 705-720, jul./set. .2013

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**. Natal, V2. P -17, 2007.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Uma Análise das Ações de Assistência Estudantil no Contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. 2014, 153 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. São Cristóvão.

NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 4ª edição. Belo Horizonte: Autentica Editora: 2014 (Pensadores & Educação).

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas. v.12, n. 32, p 52-180, jan/abr 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: Estrutura e Sistema**. 10º edição. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: Trajetórias, Limites e Perspectivas**. 12ª edição. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, Jacqueline Damiense Almeida de. **Na Travessia: Assistência Estudantil na educação Profissional**. As interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação. 2017, 191p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social, Brasília.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, Administração e Execução de Políticas Públicas. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 95, 96, 97, 142, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Apoio 6, 16, 21, 26, 28, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 94, 111, 114, 119, 120, 122, 141, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 167, 168, 182, 183, 188, 191

Assistência Estudantil 72, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Assistente Social 2, 7, 9, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 36, 37, 46, 56, 62, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 103, 104, 109, 114, 123, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 171, 178, 179, 184, 191

Autocracia Burguesa 47, 48, 49, 50, 52, 53

C

Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 27, 33, 45, 48, 49, 50, 51, 56, 88, 103, 111, 112, 113, 115, 121, 123, 127, 128, 129, 132, 138, 141, 165

Capitalismo 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 18, 21, 27, 48, 49, 92, 104, 111, 133

Capitalista 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 24, 25, 34, 48, 49, 53, 66, 69, 76, 104, 105, 112, 131, 132, 141, 155, 159, 172

Conservadorismo 8, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 36, 40, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 81, 88, 115, 116, 149

Cultura 17, 28, 44, 46, 63, 64, 66, 93, 94, 95, 100, 103, 119, 120, 124, 138, 148, 153, 160, 182

D

Deficiência 30, 83, 119, 154, 158, 161, 162, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 188, 189, 190

Diário de Campo 80, 87, 88

Dimensão 8, 10, 17, 26, 36, 37, 39, 42, 45, 59, 60, 66, 80, 84, 87, 91, 101, 107, 120, 128, 151, 159, 162, 171

Dimensões 3, 8, 10, 53, 80, 81, 83, 84, 86, 134, 135, 142, 148, 149, 159, 160, 174

Direito 26, 32, 35, 46, 63, 95, 110, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 137, 146, 154, 158, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 189

Direitos 4, 6, 8, 9, 10, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 65, 77, 78, 79, 88, 89, 93, 115, 119, 121, 126, 128, 129, 134, 138, 146, 148, 150, 154, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191

E

Educação 5, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 42, 72, 73, 78, 79, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 137, 138, 145, 153, 158, 162, 165, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 190

ENESSO 19, 43, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116

Ensino 23, 31, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 85, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 129, 136, 156, 158, 165, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 189

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 43, 48, 49, 50, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 75, 76, 79, 88, 91, 95, 99, 113, 119, 121, 133, 135, 136, 138, 141, 142, 149, 158, 165, 166

Estágio 3, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Estudantil 72, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Ética 9, 18, 20, 22, 35, 43, 44, 46, 48, 55, 56, 57, 78, 82, 84, 91, 92, 110, 114, 144, 148, 151, 165

Ético-Política 18, 19, 36, 37, 45, 69, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 105, 109, 113, 114, 148, 159

F

Família 15, 95, 147, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 176

Formação 2, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 28, 32, 36, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 133, 137, 138, 139, 149, 151, 156, 173, 178, 182, 188

G

Gramsci 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79

Gramsciana 61, 62, 64, 66

Grupo 7, 23, 38, 41, 42, 54, 74, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 108, 126, 134, 136, 143, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 176, 177, 178

H

História 3, 10, 11, 16, 23, 26, 27, 46, 63, 67, 79, 96, 99, 106, 108, 122, 127, 131, 133, 136, 137, 150, 159, 160, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 190

I

Instrumentalidade 57, 81, 88, 103, 106, 107, 108, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 158, 162

M

MESS 109, 110, 113, 114

Movimento 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 18, 26, 31, 32, 39, 40, 44, 45, 46, 56, 62, 63, 64, 81, 85, 88, 105, 109, 110, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 128, 134, 142, 160, 162, 173, 174

N

Narrativa 171, 173, 174, 175, 176, 178

Neonatal 164, 165, 166, 167, 169, 170

O

Óbito 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

P

PCD 171, 172

Pesquisa 1, 2, 19, 23, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 69, 73, 74, 76, 79, 84, 92, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 131, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 156, 160, 161, 170, 172, 175, 178, 180, 182, 187, 188, 191

Pnaes 119, 120, 122, 128, 129, 184, 189

Política Pública 128, 154, 158, 179

Política Social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 36, 46, 50, 66, 80, 89, 97, 129, 142, 150, 162, 191

Políticas Públicas 16, 30, 34, 96, 102, 113, 128, 129, 142, 146, 154, 165, 169, 172, 173, 191

População 4, 5, 15, 17, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 59, 61, 62, 87, 94, 95, 99, 115, 120, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 160, 172, 180

Profissão 1, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 74, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 93, 95, 103, 104, 107, 114, 116, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 159, 160, 162, 167, 172

Profissional 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 134, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 191

Projeto Ético Político 12, 18, 21, 22, 55, 97, 166

Q

Questão Social 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 20, 22, 35, 50, 51, 61, 66, 67, 78, 90, 92, 93, 95, 104, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 141, 142, 144, 159, 160, 162, 172

R

Religiosa 36, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 105

Renovação 17, 22, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 65, 68, 69

S

Saúde 5, 11, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 46, 66, 72, 80, 88, 92, 93, 96, 97, 108, 119, 120, 124, 130, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 174, 177, 180, 191

Serviço Social 12, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

SUS 31, 141, 142, 144, 148, 150, 151, 165, 166

T

Trabalho 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 111, 116, 120, 122, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 187, 188, 189

U

UPA 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020